

ALFABETIZAR NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO: CONCEITOS, ESCOLA E INCLUSÃO SOCIAL

Bruna Pereira de Lima
Graduanda em Pedagogia – UFC
brunalimabj@gmail.com

Igor Gouveia Maia
Graduando em Pedagogia – UFC
igor_maia20.7@hotmail.com

Claudiana Maria Nogueira de Melo
Professora efetiva da Faculdade de Educação (FACED) – UFC
claudianamelo.ed@gmail.com

RESUMO

Entender os conceitos de alfabetização e de letramento no Brasil em suas diferentes dimensões é o objetivo que levou a produção deste trabalho. A presente pesquisa é de caráter qualitativo, do tipo bibliográfico, uma interpretação do viés político e ideológico do alfabetizar na perspectiva do letramento, combater práticas de ensino que colaboram para o controle social e que estão enraizadas nos sistemas de ensino-aprendizagem. Nessa direção, consideramos necessária uma abordagem histórica para compreender de forma sistêmica como as práticas educativas na escola interferem na dinâmica social e vice-versa. Inferimos que as práticas escolares ainda estão distantes do cotidiano social mais amplo, como se a escola estivesse fora desse contexto, não considerando as singularidades sociais, econômicas, culturais. Um modelo de formação de massa que tem como objetivo a adaptação do sujeito ao modelo econômico vigente.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Práticas. Escola. Sujeito.

INTRODUÇÃO

Entender os conceitos de alfabetização e de letramento no Brasil em suas diferentes dimensões é o objetivo que levou a produção deste trabalho. Buscamos construir o corpo do texto à luz das contribuições teóricas de Ferreiro e Teberosky (1999), Mortatti (2000), Soares (2004) e Melo (2012). Enviesado nessas perspectivas, o estudo a seguir intenciona, de forma breve, discutir referidos conceitos considerando o contexto social, cultural, educacional e econômico.

A presente pesquisa é de caráter qualitativo, do tipo bibliográfico, pois não consideramos ser possível analisar qualquer parte da orbe educacional e não levar em consideração a sua subjetividade. Como disse Minayo (1994) quando pensamos qualitativamente estamos preocupados "com um nível de realidade que não pode ser quantificado". Ainda de acordo com esta autora, "a abordagem qualitativa aprofunda-se no

mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 1994). Dessa forma, não poderíamos falar de alfabetização e letramento sem refletir sobre os impactos sociais e humanos. Nessa direção, consideramos necessária uma abordagem histórica para compreender de forma sistêmica como as práticas educativas na escola interferem na dinâmica social e vice-versa.

O desafio de pesquisar tal temática nos foi colocado no percurso da graduação em Pedagogia na disciplina de Letramento e Alfabetização da Faculdade de Educação/UFC em 2017.2. Orientados pela docente da disciplina que também compõe a autoria desse trabalho, interpretamos o viés político e ideológico do alfabetizar na perspectiva do letramento para combater práticas de ensino que colaboram para o controle social e que estão enraizadas nos sistemas de ensino-aprendizagem. Visto que percebemos a existência de uma educação mercadológica, pensada para manipulação e não uma formação emancipatória do homem enquanto ser social.

Sob tal atenção, procederemos a seguir, à discussão desses conceitos à luz de nossas intenções de reflexão já expostas.

DA ALFABETIZAÇÃO AO LETRAMENTO

O conceito e as práticas da alfabetização no Brasil historicamente vêm passando por mudanças frente aos avanços teóricos conquistados e às diversas demandas enfrentados no país. Mortatti (2000) apresenta um pouco desses momentos históricos que envolvem a discussão do ensino da leitura e da escrita buscando compreender as dificuldades na aprendizagem da leitura e da escrita.

Entre 1890 e 1970 destacaram-se nas discussões sobre o tema o aspecto metodológico da alfabetização, limitados apenas em métodos de ensino da leitura e escrita. Até então, a escrita era vista como um código de transcrição, por essa razão a decodificação e a codificação eram os principais objetivos do ensino da língua na escola. Para tanto, duas aplicações se evidenciaram nesse período: os métodos sintéticos e os analíticos.

Esse primeiro momento, até o final do império brasileiro, se tratando do ensino da leitura, constitui-se como um período em que o trabalho da leitura e da escrita contava com pouco material de apoio pedagógico específico, assim como ambientes escolares desfavoráveis e com poucas exigências sociais em leitura. As cartas do ABC era o recurso mais recorrente e popular da época. Com letras do alfabeto nas distintas formas (maiúscula, minúscula, manuscrita, impressa) e valorizando práticas do método sintético (soletração,

silabação e fônico) a leitura e a escrita eram trabalhadas com forte apelo à memorização, à repetição, seguindo a lógica do trabalho com palavras descontextualizadas (MORTATTI, 2000).

O segundo momento, é visto com um período de ampliação do método analítico, nesse momento as questões didáticas vão estar em evidência, atreladas as questões de natureza psicológicas e de maturação biológica. Nesse período também ocorreu o avanço do mercado editorial na elaboração de grandes impressos de cartilhas, gerando uma espécie de disputa partidária dos que vislumbraram uma nova possibilidade no novo método analítico e os adeptos tradicionais dos métodos sintéticos (MORTATTI, 2000).

Mortatti (2000) fala que por volta de 1920 passamos pelo terceiro momento histórico da alfabetização. Com a autonomia didática regulamentada no ano supracitado, pela proposta de Reforma de Sampaio Dória, o surgimento de atividades didáticas que uniam características dos métodos sintéticos e analíticos passam a ser utilizadas em escolas. O principal destaque desse período é a conciliação mista dos métodos em decorrência das novas bases psicológicas de alfabetização, em especial teóricos interacionistas, com foco na aplicação de testes para medir o grau de maturidade para a leitura e a escrita das crianças, e que seu diferencial é abordado inicialmente em trabalhar a palavra e posteriormente, valores fonéticos menores, por letras.

Nesses três momentos históricos abordados por Mortatti (2000) percebemos que o aspecto subjetivo da aprendizagem do sujeito, ainda não era levado em consideração, às práticas pensadas de acordo com o grau de maturidade do sujeito, apontavam a direção e a forma de como o ensino devia ser feito e há quem era destinado.

Outro momento inicia-se na década de 1980, que culminou e significou uma transformação conceitual acerca da aprendizagem da linguagem escrita. A efervescência das teorias construtivistas, como a da epistemologia genética proposta por Jean Piaget, assim como as contribuições da teoria linguística de Noam Chomsky serviram de base teórica para os estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky na elaboração da teoria da Psicogênese da Língua Escrita, que redimensionou as discussões e pesquisas na área da alfabetização da época. Nesse momento de mudança paradigmática as análises se deslocam do “como ensinar?” para o “como se aprende?”. A criança é vista como sujeito cognoscente, ou seja, um sujeito que procura obter conhecimento. Essa mudança acontece pela inserção de estudos construtivistas nas escolas, que impulsionou o debate e a prática da alfabetização ao avanço, reconhecendo a dimensão humana e social dessa prática educativa. Isso porque, a psicogênese da língua escrita evidenciou o pensamento das crianças sobre o sistema de escrita alfabética,

por esse motivo a aprendizagem da leitura e escrita deixou de ser apenas uma questão de códigos ou um ato mecânico como era pensado.

Nesse momento histórico alguns equívocos foram cometidos, como a ideia do direcionamento da escrita espontânea e na crença de que a simples convivência com múltiplos portadores de textos e a socialização de textos seria suficiente para alfabetizar uma criança (MORATTI, 2000). De acordo com Soares (2004), inicia-se um movimento de “desinvenção da alfabetização”, onde a escola torna-se responsável por direcionar somente o uso de textos, desvalorizando os aspectos inerentes ao processo de decodificação do sistema alfabético.

Soares (2008) irá apontar que:

[...] um método de alfabetização será, pois, o resultado da determinação dos objetivos a atingir (que conceitos, habilidades, atitudes caracterizarão a pessoa alfabetizada?), da opção por certos paradigmas conceituais (psicológico, linguístico, pedagógico), da definição, enfim, das ações, procedimentos, técnicas compatíveis com os objetivos visados e as opções teóricas assumidas (SOARES, 2008, p. 93).

Nesse sentido, a autora reforça a ideia de que a aprendizagem inicial da língua escrita conduz não apenas para um método, mas para múltiplas metodologias, e que este ocorre sob duas perspectivas: uma de que conduz à apropriação do sistema de escrita alfabética e outra que diz respeito às práticas sociais da leitura e da escrita. Assim, Soares (2008) em consonância com outros autores amplia o conceito de alfabetização. Percebemos que as inúmeras críticas aos modelos engessados do ensino tradicional aliadas aos estudos de abordagem construtivista como o de Ferreiro (1996) e as pesquisas de Soares (2008) contribuíram para um enfraquecimento da ótica tecnicista da alfabetização. Como apresenta Ferreiro (1996), em suas pesquisas sobre a psicogênese da língua escrita conclui que a alfabetização é

[...] algo que envolve mais que aprender a produzir marcas [...] algo que é mais que decifrar marcas feitas pelos outros, porque é também interpretar mensagens [...]; algo que também supõe conhecimento acerca deste objeto tão complexo – a língua escrita – que se apresenta em uma multiplicidade de usos sociais (FERREIRO, op. cit, p. 79).

A partir dessa superação das estruturas conceituais da alfabetização surge o termo letramento, que a partir de então estará presente nos discursos dos educadores como inerente a aprendizagem da língua. Soares (2004) afirma ser necessário o uso dos dois termos, assim como um trabalho específico, mas associado de cada uma dessas dimensões visando

alfabetizar e letrar concomitantemente. A autora defende ainda que é um equívoco dissociar esses dois conceitos no processo de aquisição da língua escrita. Ambos, apropriação do sistema de escrita alfabética (alfabetização) e a capacidade de aplicação desse sistema de representação nas diversas práticas sociais que envolvem a linguagem escrita (letramento), devem coexistir.

Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da, e por meio da aprendizagem das relações fonema grafema, isto é, em dependência da alfabetização (SOARES, 2004).

A autora caracteriza como letrado “não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e escrita” (SOARES, 2004). Ou seja, tornar-se autônomo, já que vivemos em uma sociedade grafocêntrica, que se organiza em torno da cultura escrita. Letrar-se em um contexto de alfabetização significa estar em condições adequadas para agir nas diversas esferas sociais, culturais e econômicas.

O advento da modernidade torna a prática do letramento ainda mais complexa e necessária, já que todos os dias somos bombardeados por informações, presentes nos diversos gêneros textuais escritos ou orais, e disseminados pelos diversos meios de comunicação social. Em uma realidade como esta é inegável que o sujeito precisa familiarizar-se com determinadas práticas discursivas para que possa compreender a funcionalidade e as intencionalidades desses diversos gêneros no contexto social. Seja um jornal, uma receita médica, um poema, até mesmo uma lei (principalmente uma lei), para que possamos nos relacionar positivamente com esses recursos linguísticos, precisamos saber usá-los e interpretá-los dentro do nosso cotidiano. É preciso então desafiar o educando a perceber o sentido da aprendizagem da língua escrita, isso acontece quando esse sujeito percebe a funcionalidade dos gêneros textuais nas suas relações sociais.

No entanto, o nosso país, vale lembrar, tem apresentado historicamente muitas dificuldades para efetivar o processo de alfabetização e letramento, de forma a transformar a condição de cidadania. Por exemplo, nas pesquisas realizadas pelo IBGE em 2017, e divulgadas no módulo de Educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade no Brasil caiu de 7,2% em 2016 para 7,0% em 2017, mas não alcançou o índice de 6,5% estipulado, ainda para 2015, pelo

Plano Nacional de Educação. Portanto, milhões de brasileiros estão excluídos socialmente de melhores condições de vida e de emprego.

Essas taxas revelam pouco avanço no propósito de vencer o fracasso escolar no que diz respeito à aprendizagem da leitura e da escrita. E para além desses dados estatísticos, as diversas reportagens e estudos apresentados nos impulsionam a pensar que o ensino em alfabetização ainda hoje possibilita aos sujeitos a participação em práticas letradas da sociedade de forma muito frágil, distanciadas das defesas e dos avanços teóricos já conquistados.

Inferimos que as práticas escolares ainda estão distantes do cotidiano social mais amplo, como se a escola estivesse fora desse contexto, não considerando as singularidades sociais, econômicas, culturais. Um modelo de formação de massa que tem como objetivo a adaptação do sujeito ao modelo econômico vigente.

Compreendemos que a alfabetização na dimensão pragmática dessa aprendizagem pode ser considerada como uma estratégia de manipulação, que garante o controle social diante das tomadas de decisões. Ao mesmo tempo em que garante um exército produtivo mal remunerado, em condições precárias de trabalho, de baixa escolarização, mas que são considerados alfabetizados por terem os conhecimentos mínimos, mas necessários para o trabalho.

Destacamos ainda, que a alfabetização e o letramento não é só uma demanda de classe, mas também de raça, os dados apresentados pelo IBGE (2017) nos mostra que a população negra (9,3%) tem quase o dobro de analfabetos comparados aos brancos (4,0%). A liberdade é uma falácia quando não se possibilita efetivamente esse estado social, ou seja, nós negros permanecemos aprisionados em uma classe social e econômica desfavorecida e negligenciada.

CONCLUSÃO

Ao iniciarmos esse trabalho destacamos a dimensão subjetiva e qualitativa da pesquisa educacional, mas também consideramos não ser possível entender a realidade da alfabetização longe das estatísticas. O papel da escola pública, de democratização do ensino, torna-se quase que utópico diante das imposições e demandas do sistema econômico, que depende das diferenças sociais para sua existência.

Também é pertinente o fato de que o grau de letramento está relacionado às vivências e experiências sociais do sujeito, dessa forma o nível econômico e cultural da população está intrinsecamente relacionado ao letramento. À escola caberia proporcionar um ambiente

letrado de diversos gêneros textuais e linguagens, mas esta instituição pública, moderna, ainda transita entre práticas tradicionais e tecnicistas, onde saber ler e escrever está associado à necessidade de emprego e sobrevivência, e não de convivência e coexistência.

Acreditamos na perspectiva do letramento como um ato político, pois leitura e escrita não são atividades neutras, apartadas da realidade do sujeito, pelo contrário, devem coexistir com as ações e relações sociais, culturais e ideológicas. Empoderar-se dos significados, quer dizer tomar consciência da sua existência em uma cultura de múltiplos letramentos, oportunizando o pensamento reflexivo e crítico.

Sob tal perspectiva não podemos deixar de frisar o atual contexto político no qual estamos mergulhados. Assistimos apáticas as trombetas do retrocesso anunciando uma onda de fascismo, alimentada pela ignorância do povo, regido pelas falsas notícias, com o apoio popular e da “família tradicional” neopentecostal. Nossa existência está ameaçada por um extremo conservadorismo alicerçado pela intolerância às diferenças e às classes oprimidas, mas também pela falta de acesso a uma educação de qualidade e uma vida segura. É nesse momento que o Estado exprime sua força militar conservadora, a fim de manter vigente a ordem social política atual, em especial as desigualdades de poder, riqueza, renda, participação, informação e conhecimento.

O discurso de ódio contra mulheres, negros, índios, gays e todos aqueles que fogem do padrão: branco, hétero, com alto poder de consumo são alvos das promessas de perseguição, opressão e morte. Antes mesmo do resultado final das eleições de 2018, os crimes de violência por intolerância já tem suas estatísticas elevadas. Um exemplo disto é a morte do Mestre Moa do Katendé, capoeirista, que foi assassinado a facadas por se afirmar contrário ao candidato da extrema-direita. Já em Porto Alegre, uma moça teve a suástica riscada a canivete por estar vestida com os dizeres “ele não”.

O currículo, o livro didático, as práticas pedagógicas, dentre outros, postulados pela escola tornam-se instrumentos algozes da condição negra e de gênero na educação, reforçando um padrão de ser e existir em detrimento de qualquer outra referência histórica e cultural. Racismo, homofobia e machismo transformam diferenças em desigualdades sociais. Por isso falar de gênero e raça na escola é exercitar a cidadania para o reconhecimento da igualdade entre sujeitos. Acreditamos que pouco importa o corpo ao qual estamos presos, fêmea ou macho, temos o direito de habitar nossos corpos como desejarmos sem medo de violência e discriminação, assim como o exercício de nossas crenças e valores.

Vislumbramos o declínio de um modelo representativo falido pela corrupção. Além disso, percebemos o poder das redes de comunicação social (Facebook, Whatsapp, Youtube),

atrelado à falta de conhecimento e letramento tecnológico midiático que se apresentaram como os principais instrumentos de manipulação da massa eleitoreira.

Defendemos que aprender a ler e a escrever na perspectiva do letramento somente tem caráter transformador se essas aprendizagens implicarem na inclusão das pessoas nos diversos âmbitos sociais, com ampliação na inserção política e participação social dos sujeitos. Nessa direção, lembramos que Freire (1999) concebe os processos de escolarização e de alfabetização “como ato político e prática de liberdade”. Comungamos com referido autor na defesa da transformação da realidade social com vistas a uma vida humanizada, mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FERREIRO, Emília e TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

NETO, João. **Analfabetismo cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015**. 2018. Agência IBGE notícias. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015>>. Acesso em: 18 maio 2018.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. 26ª Reunião Anual da Anped, 2004.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2008.

MELO, Terezinha. **A Alfabetização na Perspectiva do Letramento: a Experiência de uma prática pedagógica No 2º Ano Do Ensino Fundamental**. Juíz de Fora: 2012.

MINAYO, M. C. S. Ciência, Técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S.(Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 9-27.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os Sentidos da alfabetização**. São Paulo: INESP: CONPED, 2000.